

## O modelo de agricultura urbana da Alemanha: a importância ambiental dos *Kleingärten*

Angela Bernadete Lima\*

*E a história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios [...].*

Ferreira Gullar, 1999.

Historicamente, o fenômeno das hortas e das práticas agrícolas urbanas desenvolvidos de maneira organizada ganhou força nos países do norte da Europa, durante a segunda metade do século XIX, como reação à diminuição dos espaços verdes na sequência da crescente industrialização e urbanização dos relativamente recentes núcleos populacionais. Neste contexto, reivindicaram-se cada vez mais veementemente por espaços com luminosidade, ar e sol.<sup>1</sup> De tal modo, podemos afirmar que a história “consciente” dos espaços verdes urbanos começou exatamente com a percepção de sua falta nas cidades, quando a bucólica paisagem rural foi transformada em paisagem urbana, altamente artificial e estéril. Naquele momento, os grandes defensores do verde urbano foram médicos sanitaristas, que lutavam por condições de habitação mais salutar para a população que vivia aglomerada nas cidades.

Na Alemanha, o século XIX ficou marcado historicamente pelas tensões e desigualdades sociais que ocorreram nos bairros proletários, onde o governo se viu obrigado a proporcionar espaços de cultivo aos trabalhadores, e assim igualmente o tiveram de fazer os proprietários de algumas fábricas e a companhia de estradas de ferro. Com a ocupação destes espaços, como medida para contornar a precária situação de alimentação, algumas famílias fizeram amplo uso destes terrenos para cultivar legumes e verduras; a partir daí surgem os chamados *Armengärten* – horta dos pobres.<sup>2</sup>

De acordo com os estudos publicados pelo professor de horticultura urbana e arquitetura da paisagem da *Universität der Künste Berlin*, Gert Gröning, a Alemanha é

---

\*Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História Cultural na Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CAPES.

<sup>1</sup> Em virtude da poluição, do crescimento e adensamento rápidos, as cidades industriais se tornaram insalubres. Além disso, as condições locais de trabalho eram precárias, o que gerava riscos à saúde. Nos bairros operários, em função dos baixos salários, da pobreza, da má nutrição, das precárias condições de higiene e da falta de insolação e ar fresco, imperavam as anomalias sociais. A população que vivia nestas condições torna-se mais suscetível a doenças, principalmente às endêmicas, como tuberculose. Aliás, a tuberculose, assim como outras doenças pulmonares, é considerada classicamente uma doença social e é um indicador da qualidade de vida. A este respeito, consultar o artigo de COSTA, Dina Czeresnia. Comentários sobre a tendência secular da tuberculose. In: Cadernos de Saúde Pública. Vol. 4, nº 4. Rio de Janeiro, out/dez., 1988.

<sup>2</sup> ALONSO, Nerea Morán. Huertos urbanos em três ciudades europeas: Londres, Berlín, Madrid. Doctorado em Urbanística y Ordenación del Territorio. Universidad Politécnica de Madrid. Espanha, 2010. p. 24

identificada como o país pioneiro na organização das atividades agrícolas urbanas na Europa, estando a origem destas atividades associada ao nome do médico Daniel Gottlob Moritz Schreber. Dedicado principalmente à saúde de crianças e adolescentes e às consequências sociais da vida urbana no início da industrialização, Moritz Schreber foi chefe de uma clínica ortopédica alternativa, localizada na cidade de Leipzig, no estado alemão da Saxônia. Embora a sua profissão não estivesse ligada às atividades agrícolas, Moritz Schreber passou a fazer parte da história dos espaços de cultivo urbanos. O médico chegou a propor um programa de saúde no qual o tratamento consistia em desenvolver atividades ao ar livre com as crianças doentes.<sup>3</sup>

Como resultado da progressiva redução de espaço disponibilizado à terapêutica, e dando sequência a ideia inicial de Moritz Schreber, vários cidadãos da cidade de Leipzig se organizaram e formaram uma associação – em 10 de maio de 1864 – cujo objetivo passava pela construção de um parque infantil que proporcionasse melhores condições de atividades para as crianças debilitadas. Com o passar do tempo, em 1868, o professor local Heinrich Karl Gesell, que acompanhava as atividades de seus alunos, pensou em incorporar ao parque uma área de canteiros com vertente educacional. No entanto, não apenas as crianças envolveram-se nas atividades de plantio e cultivo de hortas, seus pais igualmente o fizeram, além de ampliarem as áreas de cultivo. Estes espaços, divididos em parcelas, passaram a ser designados por *Familienbeete*, ou seja, canteiros familiares. À medida que o sucesso destas parcelas de plantio foi aumentando, passaram a ser conhecidas como *Schrebergärten* (hortas de Schreber), em referência ao seu idealizador. Assim, em 1870 já haviam sido criadas cerca de cem *Parzelle* (parcelas) de plantio somente na cidade de Leipzig. Com o passar do tempo e o aumento do número das parcelas, a designação *Kleingärten*<sup>4</sup> (que pode ser traduzido como “pequenas hortas” ou “pequenos jardins”) passou a ser mais amplamente utilizada, especialmente pela literatura existente sobre o assunto.

As ponderações a respeito da cidade e suas funções tem ocupado cada vez mais a agenda dos historiadores. Desde o surgimento dos primeiros núcleos urbanos até o seu mais alto grau de desenvolvimento, as formas cotidianas de uso deste espaço tem suscitado investigações sobre dos significados de se viver na cidade. Contudo, as reflexões acerca de que forma alguns elementos concebidos como pertencentes ao espaço rural

---

<sup>3</sup> GRÖNING, Gert. Política de Jardinagem da comunidade na Alemanha. Trabalho apresentado na Conferência Anual 1996 da *The American Community Gardening Association (ACGA)* "Ramificação para fora: Comunidades ligando através da jardinagem" 26-29 setembro de 1996, em Montreal, Canadá.

<sup>4</sup> *Kleingärten*, plural de *Kleingarten* (pequena horta)

adquiriram importância no espaço urbano, necessitam constantemente de novos olhares.

Sobre este último aspecto, podemos pensar que a natureza, por constituir um ecossistema global, inclui também no seu seio as cidades, em suas múltiplas formas e dimensões. Contudo, é necessário ressaltar que existe uma ampla concepção de que cidade e natureza devem ser consideradas como conceitos opostos. Conforme tal compreensão, a cidade representaria um meio adaptado às necessidades da espécie humana e não às necessidades das espécies vegetais e animais. Segundo tal perspectiva, a urbanização se caracteriza pela substituição dos ecossistemas naturais por centros de grande densidade criados pelo homem, em que a espécie dominante é a humana e o meio está organizado para permitir o seu sustento.<sup>5</sup> Neste espaço de sobrevivência, aonde a terra vai perdendo o status de principal meio de produção para as indústrias, as práticas que são comuns ao homem do campo criam, em certa medida, estranhamento.

A respeito disso é importante avultar que durante o século XIX a população mundial registrou um significativo aumento demográfico. Tal aumento se fez sentir primeiramente nas zonas do globo que foram tocadas pela industrialização, como foi o caso do Reino Unido e da França, e posteriormente Alemanha, Bélgica, Holanda e Dinamarca. Como consequência dos processos de industrialização, fizeram-se sentir grandes movimentos migratórios que favoreceram as aglomerações urbanas e, muitas cidades cresceram a ritmos muito superiores quando comparadas com outras.<sup>6</sup> Com a urbanização e o crescimento populacional das cidades as condições alimentares começam a apresentar problemas, isto levou muitos indivíduos a criarem estratégias de sobrevivência. Entre elas, muitos foram os que optaram por se prevalecer dos conhecimentos que – eles próprios ou suas gerações anteriores - faziam uso em seu antigo meio, a agricultura, forma básica de garantir sustento.

As práticas agrícolas em meio urbano se configuram atualmente como um fenômeno mundial, podendo ser encontradas em diversos formatos e finalidades em quase todas as principais cidades do mundo. Na busca pela compreensão deste fenômeno, este projeto se interessa por analisar as atividades agrícolas desenvolvidas em meio urbano atreladas aos *Kleingärten* e o contexto de seu surgimento na Europa, especialmente na Alemanha onde ganhou milhões de adeptos e ainda hoje apresenta grande importância,

---

<sup>5</sup> NUCCI, João Carlos; PRESOTTO, Andréa. Planejamento dos espaços livres localizados nas zonas urbanas. In: SANTOS, Douglas G. dos; NUCCI, João Carlos (orgs.) *Paisagens Geográficas – Um tributo a Felisberto Cavalleiro*. Campo Mourão: Editora FECILCAM, 2009. p. 78.

<sup>6</sup> GONÇALVES, Rita Galvão. *Hortas Urbanas – Estudo do caso de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Agrônoma. Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa. 2014. p. 6.



fazendo, inclusive, parte da infraestrutura da maioria de suas cidades. Do mesmo modo, trazer ao conhecimento histórico a relação que fora desenvolvida entre essas práticas e a estrutura das cidades configure-se de suma importância, uma vez que para o entendimento do que se tinha como saberes agrícolas e da sua conexão com a preservação ambiental.

Gravuras representando o surgimento e as primeiras organizações dos *Kleingärten* em Leipzig



Fonte: BAACKE, Frank; HILDEBRAND, Caterina; PFORDTE, Miriam. *150 Jahre StadtErnte. Zur Geschichte der Schrebergärten*. Leipzig: Deustches Kleingärtnermuseum, 2014.

Durante a Primeira Guerra Mundial e a subsequente crise econômica, os *Kleingärten* assumiram uma grande importância para a alimentação da população urbana, tanto que o seu papel em assegurar a subsistência tornou-se primário. Com a crise financeira que se proliferou pela Alemanha em 1931, a provisão de hortas para os desempregados foi decretada pelo governo alemão. Simultaneamente, os municípios receberam fundos adicionais para a obtenção de lotes para cultivo. Ao longo das décadas seguintes, o número de hortas urbanas continuou a crescer e, após a Segunda Guerra Mundial, as pessoas chegaram até a habitá-las, o que poderá explicar o fato de as estruturas atuais construídas nos lotes de *Kleingärten* se pareçam mais com pequenas casas do que com barracões para guardar os instrumentos de cultivo.

De acordo com dados do *Bundesministerium für Verkehr, Bau und Stadtentwicklung*, BMVBS – (Ministério Federal dos Transportes, Construção e

Desenvolvimento Urbano), no período pós II Guerra Mundial, Berlin chegou a contar com 200 mil parcelas.<sup>7</sup> Durante e no período pós I e II Guerra Mundial, na Alemanha a existência dos *Kleingärten* permitiram que os habitantes das cidades tivessem um meio adicional de subsistência<sup>8</sup> e um refugio quando suas casas haviam sido bombardeadas. Nestes períodos o governo adotou vários decretos de emergência com vistas a preservar os *Kleingärten* e evitar o aumento no valor do aluguel dos mesmos. Portanto, a importância que os *Kleingärten* adquirem nos períodos de guerra configuram-se como ponto extremamente relevante para análise histórica. Além de possuírem diferenciação no que diz respeito à legislação e outras formas de regimento, o período compreendido entre o início da I Guerra Mundial, em 1914, e o pós II Guerra Mundial, em 1945 e anos subsequentes de reconstrução, conferiram aos *Kleingärten* algumas características e funções distintas, tanto de sua origem, como das atribuições que possuem atualmente.

Os elementos diferenciadores que compõem as características dos *Kleingärten* no período acima citado conferem maior interesse de estudo dos mesmos, pois durante o período de conflitos bélicos os *Kleingärten* assumiram papel fundamental na sobrevivência de muitos dos habitantes citadinos, o que nos leva a sugerir houveram disputas e reivindicações mais enfáticas por estes espaço. Especialmente quando atentamos para o fato de que, excepcionalmente, neste momento fora permitido o uso dos *Kleingärten* como moradia, além da autorização para criação de víveres, normalmente proibidos nas legislações.

*Hortas urbanas cultivadas em frente ao Reichstag (Parlamento alemão) em Berlin no pós II Guerra (1946).*



Fonte: HEIMER, L. *World War II: Victory Gardens the second time around*, 2008.

Com a crescente organização das comunidades nas cidades alemãs, os *kleingärten* passam a configurar-se como um elemento importante da cultura, com inestimáveis valores urbanísticos, sociais e ecológicos. Como mencionou Gert Gröning, com a amplitude do movimento *Kleingärten*, a Alemanha prova, há 150 anos, que as práticas agrícolas assim organizadas, poderiam ser uma poderosa faceta política e social dentro da cultura urbana.<sup>7</sup> O sucesso e continuidade dos *Kleingärten* estão diretamente relacionados com sua forma de organização. Nesse sentido, são as *Kleingärtenverein* (*Associações de Pequenas Hortas e Jardins*), as responsáveis pela manutenção das atividades agrícolas nas cidades onde existem estas áreas disponíveis para cultivo. Além disso, cada *Kleingartenverein* possui a incumbência de garantir que a legislação nacional seja cumprida e, como ocorre em muitas delas, adaptar estas conforme as necessidades e características de sua localidade.

Como podemos perceber, a Alemanha dispõe de uma longa tradição na cultura de práticas agrícolas urbanas, jardinagem e de espaços livres, e, segundo estudo realizado pelo BMVBS, isso se reflete não apenas na busca por espaços ao ar livre para as atividades de lazer e recreação, mas é também um importante fator urbanístico e econômico. Conforme o pesquisador em arquitetura urbana e planejamento ambiental, Carlos Smaniotto Costa, tratam-se atualmente de práticas que movimentam bilhões de euros na indústria de ferramentas e utensílios de jardinagem, plantas e viveiros, o que faz com que o setor se encontre em alta e viva o seu melhor momento na história recente. O autor destaca ainda que setor de meio ambiente como um todo vive um *boom* na Alemanha, com forte tendência a bater novos recordes nos próximos anos. Uma boa parte desse *boom* advém da manutenção dos *Kleingärten*.<sup>8</sup>

Os *Kleingärten* adquiriram também importante papel na manutenção da infraestrutura urbana, e atualmente constituem um elemento marcante da paisagem urbana daquele país. De acordo com dados publicados pela *Bundesverband Deutscher Gartenfreund* (Associação Federal Alemã dos Amigos das Hortas e Jardins) em 2011, atualmente existem em toda a Alemanha 1,24 milhões de *Kleingärten*, cobrindo uma área de mais de 46 mil hectares. Eles estão presentes, embora com pequenas variações formais ou locais, em todas as cidades alemãs. A estimativa é que cerca de cinco milhões de pessoas fazem uso

---

<sup>7</sup> GRÖNING, Gert. Aspectos da cultura do jardim e do desenvolvimento de espaços livres na Alemanha. *RA'EGA: O espaço geográfico em análise*. Vol. 1, p. 143-170, 2006. (p. 155)

<sup>8</sup> COSTA, Carlos Smaniotto. *Kleingärten – um componente da infraestrutura urbana: aspectos urbanísticos, ecológicos e sociais dos jardins arrendados na Alemanha*. In: *Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana*. Vol.4, nº 1, pp. 103-122. Jan/jun., 2012. (p.103)



dos *kleingärten* para atividades cotidianas de agricultura, jardinagem e lazer.<sup>9</sup> Os *Kleingärten* são atualmente, por definição legal, espaços destinados às famílias para cultivarem frutas e legumes, e por consequência propiciar lazer e recreação em meio as cidades. Os *Kleingärten* são formados, a princípio, por várias unidades ou parcelas, arrendadas por tempo indeterminado. O conjunto de parcelas em um determinado local forma recebe a denominação de colônia, (*Kolonie* ou *Kleingärtenkolonie*). As parcelas devem somente ser usadas para a produção recreação e a produção própria de alimentos, sempre de acordo com as regras estabelecidas pela *Kleingärtenverein* (*Associação de pequenas hortas*) responsável por sua administração. Quanto ao número de *Kleingärtenverein*, existem atualmente 934 associações em toda a Alemanha. Em cidades que chamam a atenção pela grande urbanização, como é o caso de Berlim, temos a presença marcante dos *Kleingärten* registrada nos dados publicados em 2012 pelo Senatsverwaltung für Stadtentwicklung und Umwelt (Departamento do Senado para o Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente), a capital do país possui 926 espaços de *Kleingärten* distribuídos em doze bairros, perfazendo um total de 73.607 parcelas que ocupam uma área de cerca de 3.030 hectares.

Com isso, podemos observar que os *Kleingärten* são encontrados principalmente em áreas urbanas e periurbanas, já que a população dessas áreas é geralmente aquela mais afetada pela escassez de espaços livres e áreas propícias ao lazer ao ar livre. Normalmente, os *Kleingärten* estão instalados em terrenos públicos ou de entidades autárquicas e, no que se refere às dimensões, está estabelecido em legislação que cada parcela deve possuir entre 200 e 400m<sup>2</sup>. Observar elementos de seu funcionamento torna-se bastante interessante do ponto de vista ecológico, isso por que cada arrendatário se compromete a seguir e observar as leis e normas ambientais e de proteção da natureza, previstas nas legislações estaduais e municipais. Em algumas colônias existe, inclusive, um grande controle por conta da proibição do uso de agrotóxicos, incentivando o controle biológico de pragas.<sup>10</sup>

No que diz respeito ao contexto atual, podemos notar que atividades agrícolas desenvolvidas em espaço urbano e periurbano surgem como práticas que adquirem diversas funções. Conforme definição da *Food Agriculture Organization of the United Nation* - FAO, o chamado “sistema agrícola urbano” é uma combinação de muitas atividades diferentes: horticultura, produção de alimentos básicos, reciclagem e, em alguns casos, a caça e ainda a silvicultura urbana. Muitos são os benefícios provenientes das práticas

---

<sup>9</sup> BUNDESMINISTERIUM FÜR VERKEHR, BAU UND STADTENTWICKLUNG. *Städtebauliche, Soziale und Ökologische Bedeutung des Kleingartenwesens*. Berlin: BMVBS, 2009.

<sup>10</sup> DIE STÄNDIGE KONFERENZ DER GARTENAMTSLEITER BEIM DEUTSCHEN STÄDTETAG – GALK. *Kleingärten im Städtebau*. Köln, 2005.

agrícolas urbanas, incluindo uma melhor nutrição para as comunidades, alternativas de novos trabalhos rentáveis, melhoria na qualidade dos alimentos produzidos, diminuição de distância entre produtor e consumidor, lazer para muitas pessoas que gostam da agricultura, terapias para jovens e adultos em situação de risco, melhor aproveitamento de espaços urbanos antes abandonados, entre outros fatores.

No entanto, embora sejam facilmente encontradas as mais variadas informações acerca das atividades agrícolas desenvolvidas nas cidades e seus entornos, as informações relativas às origens e funções históricas dos *Kleingärten*, permanecem um tanto escassas na historiografia. De maneira geral os conhecimentos a este respeito são mais facilmente obtidos em trabalhos das áreas de Ciências Agrárias, Arquitetura e Urbanismo, que, ao seguirem perspectivas de pesquisas diferenciadas da História, não contemplam estudos que busquem analisar a relação histórica do homem com esta temática.

Em termos de discussão, sabe-se que as práticas agrícolas urbanas ganharam espaço político e se fortaleceram no ambiente acadêmico a partir dos resultados que se alcançaram com projetos de desenvolvimento na África e na Ásia durante os anos de 1970. À medida que se ampliou o conhecimento sobre essa prática, tornou-se evidente que além de possibilitar a disponibilidade de alimentos frescos e de qualidade, a agricultura urbana contribui para promover a segurança e a soberania alimentar, gerar trabalho e renda, promover a saúde e a qualidade de vida evitando que espaços urbanos possam ser ambientes de proliferação de vetores de doenças.

Um dos grandes argumentos utilizados pelos diversos grupos que defendem a implantação de espaços urbanos de cultivo sugere que uso desses espaços gera condições viáveis para as pessoas praticarem atividades saudáveis, para reciclar resíduos e aperfeiçoar o uso dos recursos disponíveis na cidade, para promover a biodiversidade, entre outras características. É nesse contexto que diversos autores igualmente reconhecem que, com as práticas agrícolas urbanas, é possível promover a cidade produtiva, ecológica, com segurança alimentar, incluindo as pessoas, além de reconhecer e valorizar suas práticas e culturas.

Através das práticas de agricultura urbana é possível criar condições para envolver os mais diversos atores sociais, desde o cidadão que já realiza essa prática - mas que permanece em condição despercebida enquanto agricultor - e inclusive o gestor público que visualiza possibilidades de encontrar soluções para algum problema em seu setor. Pode-se também envolver os mediadores sociais, que veem no referido tema, condições reais de concretizar o que reivindicam. É assim que este termo assume cada vez mais o perfil de um



tema interdisciplinar e aglutinador, promovendo o envolvimento de cidadãos dos diferentes setores sociais, tanto governamentais como não governamentais.

Portanto, situar e buscar compreender os *Kleingärten* e as práticas agrícolas urbanas a eles relacionadas, o intento é evidenciar como a ocupação do espaço foi percebida e organizada em diferentes momentos na história. Deste modo, a discussão acerca das práticas agrícolas em espaços urbanos deve ocupar a agenda do historiador uma vez que, ao configurar-se como um elemento das ações sociais de homens e mulheres, carece de ser compreendida no âmbito da própria construção de sociedade sustentável.

A discussão a propósito das múltiplas funções das práticas agrícolas urbanas fomenta ainda um novo olhar sobre essa realidade no sentido de contribuir para a de superação da dicotomia entre o rural e urbano, oferecendo um passo além com vistas a modificar a forma de observar e entender as potencialidades das cidades. As práticas agrícolas urbanas direcionam o olhar para compreender que continuamente existiram estreitas relações entre campo e cidade. Por outro lado, o não entendimento ou a negação deste aspecto contribuiu para fortalecer a visão da cidade como um ambiente amplamente dependente de recursos que lhes eram externos e, em relação aos alimentos, completamente dependente do campo. Assim, não se trata de apontar, mas antes discutir as possibilidades de se chegar a uma cidade autossuficiente na produção dos alimentos para sua população. O enfoque proposto por esta temática é o de buscar as possibilidades de se estabelecer uma cidade mais sustentável, reconhecendo que as práticas agrícolas urbanas podem contribuir para essa construção.

Neste sentido, a contribuição concreta das atividades agrícolas urbanas passa pelo envolvimento que ela propicia, especialmente na facilidade em integrar fluxos em redes locais e gerar interesse nas pessoas, nos diversos setores, nas instituições. Essa característica multifuncional propicia as práticas agrícolas urbanas contribuir nas discussões sobre decréscimo que apontam a urgente necessidade de revisão dos padrões sociais de produção e consumo, fomentando redes locais.

Temos, deste modo, um rico tema para as discussões que tem tomado lugar dentro dos estudos do campo da História Ambiental, especialmente na medida em que busca aprofundar o nosso entendimento de como a humanidade foi, através dos tempos, afetada e afetou o seu ambiente natural. Ou seja, é preciso considerar os aspectos naturais existentes na construção de uma reflexão que considere a apropriação, a significação do espaço e as transformações que são nele operadas. Nesse sentido, o historiador Eurípedes Funes destaca que, no campo da História Ambiental, nenhum setor da vida social pode ser

compreendido isoladamente. Além disso, enfatiza que não devemos entender a natureza como um dado externo e imóvel, mas como produto das atividades humanas.<sup>11</sup>

Conjecturar sobre atividades agrícolas desenvolvidas em espaço urbano suscita, do mesmo modo, a necessidade de compreender as interações existentes entre o que se considera rural e o que se considera urbano. Nesse aspecto, o agrônomo e economista José Eli da Veiga afirma que tal dicotomia já não permanece tão clara, e concorda que estes dois espaços não são mais dicotômicos por completo, mas antes interagentes se inter-reagindo mutuamente e que necessitam ser avaliados sob novas formas e aspectos.<sup>12</sup>

Por fim, cabe destacar que as atividades agrícolas sempre apresentaram uma relação bastante estreita com as cidades, não exclusivamente no contexto de provisão de alimentos, mas também na concretude da utilização de espaços. As reflexões que tratam do percurso histórico da natureza na paisagem urbana devem incluir maior atenção para os problemas ambientais urbanos. Paralelamente, a mesma preocupação se tem alargado a outras áreas, numa perspectiva mais globalizante, tendendo a uma melhor gestão dos recursos naturais disponíveis e à salvaguarda de áreas naturais e de fauna e flora em risco de extinção, através da instalação de redes de áreas protegidas em extensões cada vez mais vastas de território.

---

<sup>11</sup> FUNES, Eurípedes. História Ambiental – Possibilidades de novos olhares. In: NODARI, Eunice S.; CORREA, Silvio M. de S. (orgs.) *Migrações e Natureza*. São Leopoldo: Oikos, 2013. pp. 206-207.

<sup>12</sup> VEIGA, José. Eli da. A atualidade da contradição urbano-rural. In: SEI - *Série Estudos e Pesquisas*. (Org.). Análise territorial da Bahia rural. 1ª ed., Salvador, v. 01, 2004. p. 29-50.

### Referências bibliográficas

- ALONSO, Nerea Morán. *Huertos urbanos em três cidades europeas: Londres, Berlín, Madrid*. Doctorado em Urbanística y Ordenación del Territorio. Universidad Politecnica de Madrid. Espanha, 2010.
- BUNDESMINISTERIUM FÜR VERKEHR, BAU UND STADTENTWICKLUNG. Städtebauliche, Soziale und Ökologische Bedeutung des Kleingartenwesens. Berlin: BMVBS, 2009.
- CAVALCANTI, Maria de Betânia Uchoa; BRENDLE, Klaus. Transformações urbanas e arquitetônicas na Alemanha Reunificada. In: *Anais do V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. PUC/Campinas, 2000.
- COSTA, Carlos Smaniotto. Kleingärten – um componente da infraestrutura urbana: aspectos urbanísticos, ecológicos e sociais dos jardins arrendados na Alemanha. In: *Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana*. Vol.4, nº 1, pp 103-122. Jan/jun. 2012.
- COSTA, Dina Czeresnia. Comentários sobre a tendência secular da tuberculose. In: *Cadernos de Saúde Pública*. Vol. 4, nº 4. Rio de Janeiro, out/dez, 1988.
- DIE STÄNDIGE KONFERENZ DER GARTENAMTSLEITER BEIM DEUTSCHEN STÄDTETAG – GALK. *Kleingärten im Städtebau*. Köln, 2005.
- FUNES, Eurípedes. História Ambiental – Possibilidades de novos olhares. In: NODARI, Eunice S.; CORREA, Silvio M. de S. (orgs.) *Migrações e Natureza*. São Leopoldo: Oikos, 2013.
- GONÇALVES, Rita Galvão. *Hortas Urbanas – Estudo do caso de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Agrônoma. Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, 2014.
- GARIG, W. Die getrennte Verbandsentwicklung in Berlin-West und Berlin-Ost von 1948/49 bis 1989/90. In: *Kleine Gärten einer großen Stadt*. 2007.p.51-55.
- GRÖNING, Gert. *Politics of Community Gardening in Germany*, 1996. Disponível em: <<http://userpage.fu-berlin.de/garten/Texte/Groening.html>>. Acesso em 22/agosto/2014.
- \_\_\_\_\_ Aspectos da cultura do jardim e do desenvolvimento dos Espaços livres na Alemanha. In: *R. RA E GA*, Curitiba, n. 11, p. 143-170, 2006. Editora UFPR.
- NOLASCO, Camille Lanzarotti. *A dimensão ecológica da agricultura urbana no município de Juiz de Fora/MG*. Programa de Pós Graduação em Ecologia aplicada ao manejo e conservação de recursos naturais. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.
- NUCCI, João Carlos; PRESOTTO, Andréa. Planejamento dos espaços livres localizados nas zonas urbanas. In: SANTOS, Douglas G. dos; NUCCI, João Carlos (orgs.) *Paisagens Geográficas – Um tributo a Felisberto Cavaleiro*. Campo Mourão: Editora FECILCAM, 2009.
- OAKLEY, E. de. Quintais domésticos: uma responsabilidade cultural. *Revista Agriculturas*. Rio de Janeiro: AS-PTA e Fundação Ileia, v. 1, no 1, nov. 2004.
- SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. *Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção*. Documento referencial geral. Belo Horizonte: REDE/ IPES, 2007.
- VEIGA, José Eli da. A atualidade da contradição urbano-rural. In: SEI - Série Estudos e Pesquisas. (Org.). Análise territorial da Bahia rural. 1ª ed., Salvador, v. 01, 2004. p. 29-50.
- WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 198- 215, 1991.